

A MODA COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO MASCULINA NO PROJETO CIVILIZATÓRIO NA BAHIA DO SÉCULO XIX

Ludmila Maltez Carvalho Lima¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a moda enquanto instrumento de dominação masculina no projeto civilizatório implantado na Bahia do século XIX, disseminado por periódicos de moda, assim como instituições de poder como Igreja, Medicina e Família. Através de revisão bibliográfica foi levantado a problemática da moda enquanto elemento de distinção de classe e principalmente gênero, que impactam consideravelmente na configuração da ordem social do século XIX, sendo então instrumento ideológico de distinção de gênero e também de dominação masculina através da violência simbólica (no campo dos pensamentos), conceito elaborado pelo sociólogo Pierre Bourdieu. O contexto histórico se situou na capital baiana ao tratar sobre as modas e modos na Bahia do século XIX, as sociabilidades e papéis sociais, que foram marcados pela chegada da corte no Rio de Janeiro, abertura dos portos e chegada da imprensa. A partir daquele momento, deu-se início a um projeto civilizatório no qual as vestimentas eram um dos instrumentos de civilidade, estando de acordo com a moda vigente na Europa e também os padrões de civilidade europeu.

Palavras-chave: moda; gênero; século XIX; dominação masculina; projeto civilizatório.

INTRODUÇÃO

Durante toda a história da moda é possível perceber que se registravam nas roupas valores de acordo com o seu contexto sócio-histórico e, na maioria das vezes, esses valores modelavam o corpo da mulher através da roupa. Ao longo dos séculos, é possível perceber como essas mudanças dos trajes registraram o comportamento da sociedade em questão e como a roupa pode ser utilizada como instrumento da dominação masculina, capaz de distinguir classe e gênero, estabelecer o papel social assumindo um papel ideológico.

Este artigo é um recorte da dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, que tinha como objetivo pesquisar o desenho do corpo feminino construído através da roupa na segunda metade do século XIX. Com a finalidade de entender como esse desenho do corpo feminino construído pela roupa estabelecia o papel social da mulher na elite baiana. Na Bahia do século XIX, foi implantado um projeto civilizatório com o intuito de constituir uma nova elite

¹ Mestre em Desenho Cultura e Interatividade (UEFS), Especialista em Desenho (UEFS), graduada em Design Moda (UNIFACS). ludmila.maltez@gmail.com

de acordo com os moldes de civilização europeu, em especial francês, isso incluía não só os modos como as modas. Assim neste artigo busca-se entender como o projeto civilizatório se utilizou da moda, enquanto um instrumento de dominação masculina a fim de estabelecer o papel social da mulher na elite baiana.

A MODA ENQUANTO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO MASCULINA

Lipovetsky, em sua obra “O império do efêmero” (2009, p. 24-25), destaca que a moda não pertence nem a todas as épocas e nem a todas as localizações, e que “a moda é formação essencialmente sócio-histórica, circunscrita a um tipo de sociedade.” A ideia da moda como sistema é desenvolvida por Lipovetsky (2009) e visa a reconhecer o momento em que a ordem própria da moda se estabelece na cultura ocidental. Foi no final da Idade Média e início do Renascimento, em meados do século XIV, que a moda como fenômeno social surgiu com a ascensão da burguesia, formada por comerciantes que, para se posicionarem socialmente, imitavam a elite aristocrata, e uma das formas de imitação era através da roupa. A elite aristocrata, por sua vez, mudava o seu modo de vestir a fim de se distinguir da burguesia, e, dessa forma, estabelecia-se a dinâmica cíclica da moda, caracterizada pela efemeridade e pelo comportamento de distinção e imitação do novo. Essa instalação da moda como representação social surgiu a partir de uma mudança de pensamento, e a roupa foi utilizada como instrumento que materializa esse novo comportamento social.

Segundo Cidreira (2005), o termo moda vem do latim *modus*, que significa maneira, modo individual de fazer, modo de vida, a forma como as pessoas se expressam. Cidreira (2005) destaca que alguns autores como Georg Simmel e Gabriel de Tarde vão estabelecer a relação dicotômica entre imitação e distinção como o princípio motor da moda como sistema social. Para Gabriel de Tarde, conforme Cidreira (2005), a imitação sozinha não faz moda: a moda é um meio em que uma sociedade cria uma espécie de veneração coletiva pela novidade, que se dá pelo processo de imitação dos homens, alterando a noção de necessidade dentro de uma sociedade, interferindo na economia, na política e nas organizações sociais através das mudanças constantes e da novidade. Simmel, segundo Cidreira (2005), dialoga nessa dicotomia entre a imitação e a distinção, destacando a necessidade humana de imitar e também de se distinguir,

através das questões de pertencimento a grupos sociais, como a dinâmica paradoxal do funcionamento da moda como sistema social.

De acordo com Barnard (2003), compreender a moda é compreender as mudanças sociais, sendo considerada como um modo de vida, como um modo de fazer e existir; a moda passa a ser uma maneira de explorar, representar e comunicar a ordem social do indivíduo. A indumentária indica ou define o papel social de uma pessoa de acordo com a moda vigente do período, bem como é um elemento de distinção de gênero. É importante destacar a diferença entre gênero e sexo. Para Barnard (2003), sexo é descrito como algo natural, biológico e/ou diferenças fisiológicas, como, por exemplo, a diferença entre os aparelhos reprodutivos masculinos e femininos. Já o gênero é definido como um fenômeno cultural, ou seja, as diferenças de gênero podem ser também descritas como diferenças culturais, isso porque as características dadas ao ser masculino e ao ser feminino são diferentes em algumas culturas.

As distinções de gênero ficaram mais marcantes na Europa em meados do século XVIII e início do século XIX, com o advento da Revolução Industrial homens da classe média que estavam ligadas ao comércio e à indústria precisavam trabalhar e manter uma aparência de sobriedade. Afim de manter o progresso econômico pessoal com a adoção de roupas mais simples, retas e sóbrias, como o uso de calças, começou a ser estabelecida uma identidade separada e distinta para o homem. Souza (2019) destaca esse antagonismo das formas para homens e mulheres durante o século XIX, quando a roupa masculina assumiu um desenho em “H”, o que passava a impressão de solidez, dos ombros ao tornozelo, alongando a silhueta, deixando-o reto, enquanto o desenho feminino assumia uma forma em “X”, destacada pela cintura fina. A mulher foi reduzida a sua aparência; a criação e a manutenção dessa aparência eram o que definia a feminilidade construída para a mulher, sendo então a roupa e a moda elementos que construíam a identidade de gênero da mulher.

Segundo Bourdieu (2012), tudo que acontece na sociedade é histórico, é construído. Ele aborda o conceito da dominação masculina, que é visto com algo natural, como algo construído historicamente dentro de uma estrutura social androcêntrica, da qual o homem é o centro e a medida para todas as coisas. A dominação masculina está no campo da dimensão simbólica (estrutura dos

pensamentos), que cria esquemas inconscientes de percepção do mundo (configuração da ordem social) através de uma construção (no campo simbólico) de “superioridade” masculina mediante as condições estruturais de pensamento que estão enraizadas e tem sido reproduzido através dos tempos e que os dominantes tendem a naturalizar em determinados comportamentos:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Para Bourdieu (2012), tanto o gênero feminino quanto o masculino são produtos da construção teórica e prática para a produção de um corpo socialmente diferenciado e oposto, onde a mulher é vista como não homem, já que no androcentrismo o homem é a medida para todas as coisas; logo, o feminino é a falta do masculino. Dentro da ordem social androcêntrica, a estrutura feminina é oprimida e violentada simbolicamente (estrutura do pensamento) pela dominação masculina. Uma forma simbólica de diminuir o espaço feminino é, por exemplo, através da dicotomia homem/público (ocupa o espaço) e a mulher/privado (fica em casa). É possível perceber o privado dentro da própria estrutura da roupa feminina como uma forma de colocar o corpo feminino em ordem que limita a movimentação da mulher, assim como as cores, escuras para o homem que passavam sobriedade e cores claras para mulheres, a fim de transmitir doçura e feminilidade:

Enquanto, para os homens, a aparência e os trajes tendem a apagar o corpo em proveito de signos sociais de posição social (roupas, ornamentos, uniformes etc.), nas mulheres, eles tendem a exaltá-lo e dele fazer uma linguagem de sedução. O que explica que o investimento (em tempo, em dinheiro, em energia) no trabalho de apresentação seja muito maior na mulher (BOURDIEU, 2012, p. 118).

As instituições consagradas e com poder (escola, família, Igreja e Estado) foram agentes que contribuíram com essa construção e reprodução da dominação masculina. A instituição familiar reproduziu algo que era imposto e construído por outras instituições,

como Estado e Igreja. A divisão sexual do trabalho de forma precoce era representada no próprio cerne da família e nas estruturas inconscientes no campo da linguagem. Bourdieu (2012) também destaca que o Estado reforça o patriarcado privado em patriarcado público, fazendo com que a família patriarcal seja um modelo de ordem social e moral a ser seguido. As mulheres são construídas através dessas instituições, não para serem mulheres e sim para serem não-homens, sendo levadas socialmente a se tratarem como objetos estéticos e se dedicarem à área doméstica e a tudo que se refere ao campo da estética.

Para Crane (2006), as roupas exerciam um papel de comunicação simbólica que informavam não somente sobre o papel social, mas também eram utilizadas como uma forma de controle social, através de códigos de vestuário, como, por exemplo, a enorme quantidade de tecidos e outros ornamentos que, além de constrangerem o corpo feminino, dificultavam a mobilidade: “O papel ideal da mulher de classe alta, que não devia trabalhar nem dentro nem fora de casa, refletia-se na natureza ornamental e nada prática do estilo de roupas da moda” (CRANE, 2006, p. 48). Através de elementos de controle presentes na roupa feminina das mulheres, especialmente do século XIX, restringiam-se os papéis femininos, o que acabava por simbolizar a exclusão das mulheres em papéis tidos como masculinos, consagrando a dependência econômica dessas mulheres em seus maridos ou parentes do sexo masculino.

O PROJETO CIVILIZATÓRIO NA BAHIA DO SÉCULO XIX

O século XIX foi um período de transformações em todo o Ocidente, e relevante para a compreensão da História do Brasil. Um dos acontecimentos importantes desta época foi a criação de uma estrutura fundadora da nação e, logo depois, o seu desenvolvimento político-social. De acordo com Chataignier (2010), a chegada de D. João VI ao Brasil trouxe a modernidade para a ainda então colônia de Portugal. A abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional e países amigos, que antes eram restritos a Portugal, contribuiu para o desenvolvimento do país. O Brasil sofria uma influência tanto cultural quanto econômica da Europa, em especial Inglaterra e França.

De acordo com Freyre (2008) a família baiana era predominantemente patriarcal e de religiosidade cristã, em especial o catolicismo, que exercia influência no cotidiano; além disso, era um sistema escravocrata e aristocrata (FREYRE, 2008). As cidades dependiam da vida rural, e não havia muito espaço de socialização, principalmente para as mulheres. A mulher era preparada para ser dona de casa, mãe e esposa; apenas lhe era ensinado o básico da leitura e escrita, saber costurar, ter bons costumes, pois seu maior objetivo era o casamento. Por volta dos treze anos, a moça já se casava: se um dos objetivos do casamento é dar herdeiros ao marido, em um casamento precoce, os filhos também seriam precoces. O casamento era resultado de um sistema patriarcal familiar, no qual a escolha do marido era feita pelos pais da noiva, mais especificamente pela figura paterna.

Segundo Reis (2000), de acordo com relatos de viajantes que estiveram aqui no início do século, a maneira com que as senhoras baianas se vestiam dentro de casa estava desprovida de qualquer noção de higiene ou estética. A discrepância nas vestes de dentro de casa e aquelas usadas para saírem às ruas das mulheres da elite baiana chocava os estrangeiros. Em casa, as mulheres vestiam-se com vestidos de tecidos leves, com cassa fina e cambraias transparentes, que pareciam com camisolas e tinham o hábito de andarem descalças, o que era associado aos costumes de escravos, já que o sapato era visto como um distintivo social. Já nas ruas, elas gostavam de ostentar “o luxo barroco”, mesmo que fosse apenas para ir à quermesse nas manhãs de domingo. Ao contrário do que diziam os viajantes, Freyre (2008) declara que a senhora da casa-grande e a Iaiá do sobrado patriarcal não eram preguiçosas, nem ficavam de camisolas o dia inteiro. Pelo contrário, cuidavam da economia doméstica, faziam compras pela manhã e depois faziam a administração da casa.

Há uma diferença nos costumes baianos entre a primeira e a segunda metade do século XIX. A corte no Rio de Janeiro era um modelo de civilização, a partir da segunda metade do século XIX com a chegada da imprensa como veículo de divulgação dos padrões europeus modernos, as ideias europeias de civilidade que já eram disseminadas no Rio de Janeiro, passaram a ser divulgadas em Salvador através de periódicos. Juntamente com essa modificação cultural, os espaços públicos e privados foram integrados, à medida que os espaços urbanos foram sendo modernizados. O surgimento

de uma nova elite feminina, diferente do início do século XIX, se deu a partir do acesso aos periódicos que ensinavam modelos de comportamento e modas, assim como as boas maneiras (MUSEU DO TRAJE E DO TÊXTIL, 2003). Essa mudança no modo de vestir da mulher da elite baiana representava a mudança nos costumes, consequência do novo espírito moderno, que revelava as relações sociais de acordo com um código moralmente institucionalizado.

A chegada de D. João VI implicou a urbanização e mudanças nos hábitos sociais nas principais capitais do Brasil: Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Vieram pessoas administrativas de Portugal, assim como outros estrangeiros, artistas e personalidades, e com isso os hábitos de civilidade e padrões de comportamento da corte, os quais foram propagados pela elite brasileira. Com o intuito de estruturar o Estado Brasileiro e o Estado Imperial (1822-1889), através de modelos de civilização europeia, principalmente francês, começou então um projeto civilizatório, no qual os espaços públicos foram integrados aos espaços privados, e bailes passaram a ser realizados na capital Baiana, inspirados pela corte do Rio de Janeiro.

Reis (2000) descreve que a elite nacional durante o primeiro reinado tinha a conservação da unidade ex-colônia como um objetivo político comum. Para alcançar esse objetivo, a elite política precisava ser homogeneizada através de socializações e treinamentos, mas o *status* e os privilégios que distinguiam a elite de outros grupos sociais não eram suficientes para essa homogeneização. Eram necessários treinamentos para formar uma elite letrada e as socializações tinham uma importância fundamental na garantia de empregos e títulos nobiliárquicos de senhores de engenhos decadentes e elementos marginais do sistema agroexportador. Para isso, tornaram-se cada vez mais necessários espaços em que pudessem acontecer essas socializações, reuniões em salões, bailes e banquetes onde haviam essas reuniões políticas.

Segundo Adriana Reis (2000), a Bahia não tinha uma rua como a Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, que concentrava as modistas Francesas, sendo um “império da moda” e até mesmo um espaço de lazer para as mulheres. Em Salvador, tinham algumas poucas lojas e modistas parisienses. Os artigos femininos, como “chapéus, penachos para bailes, espartilhos, coletes, meias, chales finos, leques, luvas”, eram anunciados nos jornais, além de receberem encomendas de “vestidos para passeio, para

bailes, enxovais, fantasias, além de venderem artigos para costura, como filós, veludos, fitas, plumas e flores, etc.” (REIS, 2000, p. 53). Como a moda em voga era europeia, para deixar a cultura do desalinho de lado e se habituar às novas normas de civilidade, as baianas começaram a aderir aos espartilhos e coletes, os quais não eram utilizados na primeira metade do século XIX, e inclusive foi um hábito muito criticado por estrangeiros ingleses que estiveram na Bahia.

As mudanças de comportamento trazidas pela chegada da Corte, ficaram mais intensas e frequentes no período Imperial, tornando Salvador um centro de divertimento feminino da elite baiana que estabelecia distinção social e socializava as mulheres com seus pares; dentre esses costumes estavam inclusas as novas modas europeias e polidez no vestir e se portar. O Passeio Público era bastante frequentado pelas mulheres, principalmente nas noites de lua.). Na primeira metade do século XIX, os bailes eram mais comuns e frequentes no Rio de Janeiro do que na Bahia, pois era a sede da Corte; mas, a partir da segunda metade do século XIX, os bailes começaram a acontecer com mais frequência na Bahia.

Os bailes como espaço de manifestação da moda e socialização feminina

Foi a partir da década de 50 na Bahia que os salões começaram a se abrir para bailes e reuniões, somente à elite e alguns políticos. A socialização da elite era uma condição para adquirir postos públicos, fazer negócios, disputas de cargos e privilégios e estreitamento de alianças políticas, a fim de construir identidades que reforçassem as distinções sociais através de determinados costumes, hábitos e etiquetas, os quais eram exigidos das mulheres também como pré-requisito da formação da elite feminina. Os bailes trouxeram mudanças de costumes não só no uso de novas modas e roupas, mas também no enfoque participativo das mulheres que organizavam e socializavam durante a festa. De acordo com Reis (2000), a valorização da aparência era um dos critérios de distinção social. A chegada da imprensa, dos periódicos e pranchas de moda moldaram bastante o corpo feminino e a forma de se portar, marcando a vida moderna pela civilidade.

Apesar dos novos espaços lúdicos inserirem as mulheres na sociedade, distantes do ambiente doméstico (no sentido privado), permitindo que as mulheres aparecessem

ao público conforme os moldes civilizatórios europeus, em especial francês, essas socializações nos bailes não eram sinônimo de liberdade. Além de manter os padrões de civilidade como a maneira de se portar, andar, falar, os padrões de aparência e modos de vestir, as mulheres tinham que ser conduzidas por um homem da família, tendo seu comportamento vigiado, pois qualquer deslize comprometeria sua moral.

O vestido de baile na figura abaixo (figura 2) pertenceu a Maria da Conceição Pinho, datado do ano de 1858 e atualmente está na exposição fixa do Museu Do Traje e do Têxtil, no Instituto Feminino da Bahia, no bairro Politeama em Salvador, Bahia. Este vestido de baile em seda furta-cor marrom, saia com babados de seda verde brocada com desenho de flores e ramos em tons alaranjados representa bem todo esse processo de civilização e chegada da modernidade: modelo inspirado na moda francesa, feito com tecido nobre e importado, tafetá de seda brocada, que impunha uma distinção social e conferia muito volume principalmente à região abaixo da cintura (quadril, nádegas).

Figura 1: Vestido de baile, costurado a mão, em seda furta-cor, pertenceu a Maria da Conceição Pinho (1858)



Fonte: Catálogo do Museu do Traje e do Têxtil. Fotografia: Sérgio Benutti. Salvador, 2003, p. 42.

Ainda que a roupa cobrisse o corpo, não deixava de acentuar características sexuais, como o aumento dos quadris e nádegas, através de anáguas e babados, pois o volume desta região representava uma mulher fértil, já que naquele período se acreditava, inclusive pela Medicina, que quanto mais redonda fosse a região do quadril

feminino, maior era a capacidade reprodutora daquela mulher. Souza (2019) ainda acrescenta que o volume das saias em contraste com as mangas volumosas desenhava uma cintura fina que representava a pequenez da mulher (ou fragilidade feminina). O notório nesse vestido é o jogo de mostrar e esconder, mantendo o “instinto sexual” aceso: “e se a fragilidade excessiva da cintura estava a pedir um braço que a contornasse, havia sempre entre o gesto solicitado e o corpo da mulher o empecilho intransponível da crinolina” (SOUZA, 2019, p. 93). Combinando os decotes generosos com o volume de tecidos nas saias e mangas, dando a aparência de cintura fina.

Bourdieu (2012) traz a cintura como a fronteira: a cintura passa a representar na mulher um limite simbólico entre o puro e o impuro, é a barreira sagrada que protege a vagina, que é socialmente constituída como objeto sagrado, submetida a regras rigorosas de acesso. Bourdieu (2012) traz as roupas como um espaço de confinamento simbólico, que tem como propósito chamar o corpo a uma ordem, em especial a saia, que limita os movimentos sem precisar escrever ou proibir explicitamente. A própria saia já impõe que a mulher não fique de pernas abertas, além de impedir determinados movimentos e também alguns tipos de atividades e formas de se sentar.

Souza (2019) chama de rito erótico o fato de as roupas femininas terem pontos de atenção para cada parte do corpo, o qual está associado justamente à parte que a vestimenta cobre e não à parte que desnuda: este é um princípio de sedução e atração que está presente nas roupas femininas e ausente nas roupas masculinas. Segundo a autora, este rito erótico presente nas roupas femininas atingia vários sentidos do homem e os aprisionava em sua atmosfera. A moral impedia o homem de admirar um corpo nu, o que fazia com que seus valores eróticos se voltassem para a aparência física formada pela roupa, e a satisfação da dubiedade do julgamento moral era realizada através de uma estética perfeita, na qual o decote no vestido criava um equilíbrio entre o traje e a nudez.

Os bailes eram um importante espaço de manifestação da moda no século XIX. Através da aparência física construída pela roupa, evidenciavam-se as distribuições dos indivíduos em seus respectivos grupos e camadas sociais. Conforme Souza (2019), é das socializações e bailes que emerge uma nova personalidade feminina: a roupa mais simples do cotidiano é substituída pela roupa de baile, que carrega uma esfera fictícia,

um excesso de formas, cores e curvas adicionadas ao corpo feminino, desenhando o corpo da mulher, tolhendo suas atitudes, movimentos, comportamentos e vozes. Em um período de muita moral e vigilância severa, era nos bailes ou na vida de exceção, como prefere chamar Souza (2019), que a mulher encontrava uma liberdade temporária da clausura doméstica feminina da vida cotidiana, a qual impunha uma necessidade de evasão periódica, uma transição da vida real entre o mundo da arte.

Para Bourdieu (2012), o jogo de sedução que é muito visto nas aparências, principalmente nas roupas femininas, tende a chamar a atenção ao corpo feminino, exaltando e criando forma, sendo uma maneira de tratar a mulher como objeto estético (no campo simbólico). A construção desses corpos divididos e sexualizados é alimentada pela sociedade androcêntrica que fundamenta a divisão dos papéis sociais, os quais são atribuídos aos homens e às mulheres. Os traços e efeitos da dominação são impressos nos corpos através da força simbólica, que é uma forma de poder exercida sobre os corpos, atribuindo às mulheres a responsabilidade da própria opressão através da hipótese de escolha: de forma sutil, sugerem que as mulheres escolhem adotar essas práticas submissas, no caso aqui as modas vigentes.

O papel da Igreja e da Medicina na construção do comportamento feminino

O projeto civilizatório na Bahia, a urbanização da cidade, a chegada da imprensa e as socializações em bailes influenciaram a construção desse desenho do corpo, pois havia uma valorização da aparência, distinção social e de gênero. Para a Igreja e para a Medicina, tanto os bailes como as modas abalavam a saúde física, mental e a moral feminina, ameaçavam a família e o papel da mulher na sociedade. A Igreja, do lado da moral, baseada nos sacramentos e dogmas católicos, e a Medicina que incluía a moral, mas dava ênfase às práticas higiênicas e saúde privada. Era em comum pensamento, pela Medicina e pela Igreja, que o papel da mulher era de ser mãe e era sagrado, sendo naturalmente frágil e submissa ao sexo masculino.

Os periódicos que divulgavam as modas e os modos de civilidades europeias estavam em todos os cantos das casas das mulheres da elite baiana; em contrapartida, os periódicos católicos e médicos também traziam temas sobre a educação, saúde, família e

comportamento feminino, dando ênfase ao progresso moral e intelectual da mulher (REIS, 2000). A Igreja lutava contra esses novos padrões de comportamento, pois acreditava que essas influências abalavam a moral da mulher da elite baiana. Na Bahia, os vestidos influenciados pela moda francesa eram grandes rodas sobre anáguas engomadas, conhecidas como “saia balão” (Figura 2), essa moda trouxe também novas danças, como valsas polacas, pola, mazurca e quadrilhas francesas. Além disso, os periódicos chamavam atenção para os perigos que os bailes e as danças apresentavam, como a vaidade, disputas, invejas, vícios e pecados que eram ocasionados pela dança, ou que a dança despertava nas mulheres.

De acordo com Reis (2000), a doutrina católica dominou a cultura ocidental durante séculos, sendo responsável pela construção de dois mitos antagônicos como representação da mulher, Eva e Maria. Eva seria a representação de uma mulher que cedeu a uma tentação, a tentação da serpente, sendo esta mulher a causadora de todos os males da humanidade, pois ao ceder à tentação, ela pecou (REIS, 2000). Já a Virgem Maria é o contrário de Eva, ela trouxe para a mulher a pureza e o respeito. A Igreja Católica criou a imagem de santa e de mãe a partir da figura de Maria, associando a santidade, pureza e maternidade. A dominação simbólica sob a educação, o comportamento e os corpos femininos se deu através da construção da figura da Virgem Maria salvou a mulher, trazendo a verdadeira liberdade através da consagração do casamento que a Igreja elevou à categoria de sacramento, assim como a Virgem passou a ser símbolo de todas as virtudes da mulher cristã piedosa, caridosa, digna, honrosa.

A partir dessa construção, a Igreja no Brasil assumiu o controle dos papéis e dos comportamentos da mulher, a fim de manter a “piedade marial” como fonte de inspiração para as mulheres, ideal de mulher a ser seguido foi muito incentivado na educação feminina do século XIX. A procriação como assunto divino e a feminilidade como algo natural e não construído historicamente eram o ideal dos propósitos da Igreja, ligando a função natural da mulher à procriação, sendo a mulher então “abnegada, devotada, obediente ao pai e ao marido, obrigada às leis de Deus e da Igreja e em tudo dedicada à doutrinação da sua prole” (REIS, 2000, p. 112). Era uma forma de controlar as mulheres de forma simbólica através do campo do pensamento, uma

educação e dominação “invisível” que construiu uma mulher ligada ao matrimônio, assumindo o papel de mãe.

Não só a Igreja interferia na educação feminina, mas também os médicos que foram responsáveis pela divulgação das “ideias higiênicas”, através de periódicos. A medicina tinha uma forte influência do racionalismo iluminista francês, sendo então representante na Bahia do projeto de civilização. A medicina criticava as novas vestes, como o uso de espartilho, que oferecia perigo à saúde da mulher, impedindo a respiração e pressionando as costelas, lesionando o tórax e abdômen, assim como os decotes, com colos e braços expostos, que traziam pneumonias e tubérculos nos pulmões. Ainda segundo estudos e teses médicas, essas novas modas que vieram da Europa causavam tísica, anemias e ainda faziam com que as crianças das mulheres grávidas nascessem mortas. O vestido-balão (Figura 2) usado nos bailes era considerado pela medicina como “defeituoso e nocivo”, por ser bem arredondado, aberto no seu interior e flutuante, o que fazia com que houvesse circulação de ar frio e úmido na parte inferior do corpo feminino.

Os médicos vinculavam as mulheres a uma situação patológica: em algumas dessas teses surgiu um termo chamado “patologia da mulher dos bailes”. Os bailes, danças, teatros e outros tipos de reuniões e socializações eram associados como a causa de doenças que atacavam o sistema nervoso feminino, traziam doenças nervosas que eram vistas exclusivamente como doenças femininas, deixando-as com histerias. As “danças longas e exageradas” faziam com quem tivessem vertigem, desfalecimento, asma, cansaço e tísica. A ninfomania também foi associada a esses espaços de socialização e divertimento mundano, e o clima quente responsável por exacerbar a sensibilidade. Para a medicina, a civilização através das modas, modos e espaços sociais ofereciam perigo à saúde da mulher (REIS, 2000).

Se no início do século as mulheres eram criticadas pelos estrangeiros viajantes pela cultura do desalinho no vestir, a partir da segunda metade do século XIX ela passa a ser criticada pela Igreja e pela Medicina por luxo excessivo nas vestes. Numa sociedade onde a socialização era um vetor necessário, a aparência construída pelos manuais de etiqueta e bom-tom e guias de educação feminina importados da França passavam a ser um fator de distinção social. Instituições como Igreja e Medicina

discutiam sobre a educação feminina, exercendo uma dominação no campo simbólico, seja pelas ideias higienistas da saúde privada, seja pela moral cristã e espiritual da mulher mariana, pura e remissora dos pecados, compactuando de uma mesma ideia, uma mulher boa esposa e boa mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A roupa é um instrumento comunicativo da moda que registra em si fatores sociais, culturais, históricos, econômicos e ideológicos da época vigente; ela não só mostra como foi o passado, como também influencia o período em questão. Através do projeto civilizatório da chegada da imprensa, de periódicos de moda e socializações em bailes, a moda se difundiu rapidamente e, com isso, suas imposições de aparência e comportamento que reafirmavam as distinções sociais e de gênero, colocando cada grupo em seu lugar. Os periódicos faziam parte desse projeto civilizatório baseado nos padrões europeus de civilidade que diziam o que a mulher tinha de vestir, como deveria se portar, aceitar a corte e regras de etiqueta.

Os bailes foram um espaço importante na sociabilidade baiana, pois neles se realizavam negócios e arranjos de casamento, bem como traziam consigo o peso da aparência através de roupas apropriadas para aquela ocasião, no qual a roupa passava a evidenciar certas regiões do corpo feminino para atrair o olhar masculino. A própria estrutura da roupa feminina é uma violência simbólica, uma forma de colocar em ordem o corpo feminino. A Igreja e a Medicina tiveram um papel importante na construção do papel social da mulher, pois acreditavam que as modas e os modos da participação feminina nos bailes afetavam não só a moral, mas a saúde física e mental da mulher. A crença e a reprodução de que as mulheres deveriam ter como objetivo o casamento, restringindo-se ao ambiente doméstico para ser uma boa esposa, mãe e gerir o lar, era compartilhada entre a Igreja e a Medicina.

A moda então entra como um distintivo não só de classe, mas também de gênero, especialmente nesse período em que a moda se torna uma prerrogativa feminina. Seguir a moda do momento era um indicativo de civilidade, e a moda estava para as mulheres desenhando seus corpos conforme indicado por agentes de uma

sociedade patriarcal. Através das vestes, moldavam e colocavam o corpo feminino em ordem, em busca de uma aparência para ser olhada pelo homem em um rito erótico. Afinal, como diz Bourdieu (2012), o ser feminino era visto como um “ser percebido”, exigindo uma postura, tolhendo esse corpo, seus movimentos, e estabelecendo o papel social da mulher na elite feminina da Bahia, uma mulher voltada para o casamento, as atividades domésticas e a maternidade.

REFERÊNCIAS

- BARNARD, Malcolm. **Moda e Comunicação**. RJ: Rocco, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CHATAIGNIER, Gilda. **História da Moda no Brasil**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.
- CIDREIRA, Renata Pitombo. **Os sentidos da moda: vestuário, comunicação e cultura**. São Paulo: Annablume, 2005.
- CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**. São Paulo: Editora São Paulo Senac, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Vida Social no Brasil nos meados do século XIX**. 4 ed. Revista. São Paulo: Global, 2008.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. SP: Companhia das Letras, 2009.
- MUSEU DO TRAJE E DO TÊXTIL. MAJELLA, D. Geraldo; AGNELO, Cardeal; PEIXOTO, Ana Lúcia Uchoa; ALVES, Marieta; SOUZA, Maria Julia Alves. **Catálogo em exposição**. Salvador Bahia: Fundação Instituto feminino da Bahia, 2003.
- REIS, Adriana Dantas. **Cora: Lições de comportamento Feminino na Bahia do século XIX**. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.
- SOUZA, Gilda de Mello e. **Espírito das roupas: a moda do século dezenove**. 2 ed. Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.